

Aprovada na 1067ª sessão

ALADI/CR/Ata 1062
28 de outubro de 2009
Horário: 10h15m às 12h50m

ATA DA 1062ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 1053ª sessão.
4. Exposição do Chefe da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias, Embaixador Geoffrey Barret, sobre o novo plano da União Europeia para a América Latina (Nota ALADI/SG-286/2009, de 19/10/2009).
5. Apresentação do Sistema de Certificação de Origem Digital a cargo da empresa NETMASTER.
6. Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/SEC/di 2278).
7. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento (ALADI/ CR/di 3067):
 - Transferência de créditos orçamentários: serviços e despesas de funcionamento do Edifício (ALADI/CR/PA 122).
8. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:
 - Normas e Disciplinas,

- Dimensão Social no Processo de Integração da ALADI,
- Novos Temas.

9. Assuntos diversos.

Preside:

SALVADOR RIC RIERA

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi e Federico Villegas (Argentina); Salvador Ric Riera, Jenny Encinas e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia); José Humberto de Brito Cruz, Silvana Peixoto Dunley, Otávio Brandelli, André Saboia Martins e George de Oliveira Marques (Brasil); Andrés Rebolledo Smitmans, Constanza Alegría Pacull e Hernán Enrique Núñez Montenegro (Chile); Claudia Turbay Quintero e Cielo González Villa (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai); Carlos Franco Cortéz, Ricardo B. Romero Magni e Jessica Pásara Caycho (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai); Luisa López Moreno (Venezuela).

Secretário-Geral: José F. Fernández Estigarribia.

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Damos início à sessão. Bom dia. Em ausência do Presidente, o Embaixador Regis Arslanian, cabe a mim dirigir esta reunião, então perdoem-me pelos atrasos. Esta é a 1062ª sessão ordinária.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Temos a aprovação da agenda. Coloca-se à consideração a ordem do dia.

A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Para solicitar-lhe, no ponto 8, a inclusão do relatório do Grupo de Trabalho sobre Novos Temas, que não está considerado aqui.

PRESIDENTE. Inclui-se.

Não havendo nenhuma observação, aprova-se a ordem do dia.

2. Assuntos em pauta

... Como ponto 2, temos Assuntos em pauta.

Oferece-se a palavra ao Secretário-Geral para informar sobre os Assuntos em pauta. O senhor Secretário tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Entre os Assuntos em pauta importantes, foi distribuído às Representações o Projeto de Estrutura Orgânica da Associação, que consta como documento ALADI/SEC/Proposta 304 e, certamente, em algum momento, o Comitê estabelecerá alguma sessão para estudá-lo.

Ontem, a Secretaria distribuiu a proposta de Orçamento por Programa da Associação para o ano 2010, como documento ALADI/SEC/Proposta 305, e informação complementar, documentos ALADI/SEC/di 2282 e dt 511, todos relacionados com o orçamento para o ano 2010. Obrigado, senhor Presidente.

"Vigência de Acordos e Protocolos

1. Representação Permanente da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota N° 132, de 13/10/2009.

Comunica que incorporou ao ordenamento jurídico nacional o Acordo de Alcance Parcial Agropecuário N° 3 e o Primeiro Protocolo Adicional.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3061.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 193, de 13/10/2009.

Envia carta de Ratificação do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 58.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3062.

3. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 196, de 13/10/2009.

Comunica a internalização ao ordenamento jurídico do Brasil do Regulamento N° 12 ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Puerto de Cáceres- Puerto de Nueva Palmira) (ALADI/CR/di 3063).

Convites recebidos

1. Argentina. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Nota de 23/10/2009. Convida o Secretário-Geral para participar, em caráter de observador, da XV Reunião de Coordenadores Nacionais de IIRSA, que terá lugar em 5/11/2009, em Buenos Aires (Argentina)

2. Nações Unidas. Nota de 21/10/2009. Convida para participar do "Regional Workshop on Statistics of International Trade Services", que terá lugar de 1° a 4 de dezembro no Rio de Janeiro (Brasil).

3. México. Governo Federal. Direção Geral de Promoção Empresarial. Nota N° 222.2009.422, de 18/10/2009. Convida o Secretário-Geral para participar da 9a. Edição da Semana Nacional

das Pequenas e Médias Empresas, que se levará a cabo na Cidade do México, de 3 a 7/11/2009.

4. Uruguai. Easy Planners, dia 19/10/2009. Comunica que se realizará o Segundo Seminário Internacional de Competitividade, em Montevidéu, de 9 a 11/12/2009.

5. Cuba. Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba (ANEC) Nota de 26/10/2009. Convida o Secretário-Geral para participar do XII Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento e para participar com sua contribuição no debate (Havana, 1º-5.III.2010).

Documentos distribuídos destacados

1. Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria-Geral (ALADI/SEC/Proposta 304).
2. Relatório da XII Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior (ALADI/RE.COMEX/XII/Relatório).
3. Fórum Virtual sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias (ALADI/SEC/di 2281).
4. Fórum Virtual sobre o projeto de Regime Regional de Salvaguardas (ALADI/SEC/di 2279).
5. Segunda Reunião de Negociação - Regime Regional de Salvaguardas (ALADI/RN.RRS /II/Relatório).
6. Relatório de acompanhamento sobre a colocação em vigência dos Acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevidéu 1980 (atualizado em 30 de setembro de 2009) (ALADI/SEC/dt 420/Rev. 16).
7. Relatório sobre a evolução dos Acordos Regionais e de Alcance Parcial – Primeiro Semestre de 2009 (ALADI/SEC/di 2280).
8. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária janeiro-setembro 2009 (ALADI/SEC/di 2275).
9. Relatório sobre a situação financeira da Associação em 30 de setembro de 2009 (ALADI/SEC/di 2276).
10. Relatório final da Quinquagésima Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/L/Relatorio final).
11. Relatório da Reunião de Funcionários Governamentais especializados em Serviços (ALADI/RFG.S/I/Relatório)”

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

3. Consideração da ata correspondente à 1053ª sessão

...À consideração a ata correspondente à 1053ª sessão.

Não havendo comentários, aprova-se a ata.

4. Exposição do Chefe da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias, Embaixador Geoffrey Barret, sobre o novo plano da União Europeia para a América Latina (Nota ALADI/SG-286/2009, de 19/10/2009)

Hoje temos a presença do Chefe da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias, Embaixador Geoffrey Barret. Teremos um intervalo de dois minutos, pois o Secretário foi recebê-lo.

- Recebe-se o Embaixador.

Bem-vindo, senhor Embaixador. Quero, em primeiro lugar, em nome de todos os Representantes Permanentes do Comitê de Representantes, dar as mais cordiais boas-vindas a esta Casa da Integração Latino-Americana, Embaixador Geoffrey Barret, Chefe da Delegação das Comunidades Europeias.

É uma grande honra receber tão ilustre visitante, que exporá sobre o novo plano da União Europeia para a América Latina, com o objetivo de fortalecer e ampliar os laços de amizade e cooperação entre ambas as regiões. O mesmo será certamente apresentado na próxima Cúpula da União Europeia e América Latina e Caribe, que se realizará em maio de 2010, onde são contemplados temas de interesse de nossa agenda de integração regional, como a integração e interconectividade regional, a agenda social, o diálogo político, a consolidação das relações bilaterais entre ambos.

Neste sentido, agradecemos a presença do Embaixador Barret neste Comitê. Obrigado e bem-vindo. Tem a palavra o Embaixador Barret.

COMISSÃO EUROPEIA (Geoffrey Barret). Senhor Presidente do Comitê de Representantes Permanentes, senhor Secretário-Geral da ALADI, excelentíssimos senhores Embaixadores Representantes dos Estados membros da ALADI e Observadores presentes. É uma honra para mim, como Representante da Comissão Europeia, haver sido convidado para esta Casa da Integração Latino-Americana para poder falar da política da União Europeia para a América Latina.

A Associação Latino-Americana de Integração tem uma longa e fecunda história como promotora da integração na América Latina. Foi ao amparo de seu Tratado que muitos dos acordos de integração regional e dos Tratados bilaterais que unem os países do continente puderam ser concluídos.

Recentemente, tivemos a ocasião de escutar nesta mesma Casa o Presidente do México, Felipe Calderón, que fez um esplêndido discurso em favor dos valores da integração cultural, política e também econômica. Para nós, Representantes de um dos processos de integração mais bem-sucedidos da história, é uma alegria e um fator de confiança comprovar como na ALADI se continua trabalhando em prol da integração. Venho hoje aqui para intercambiar ideias com os senhores sobre as relações da União Europeia com a América Latina, em especial para falar sobre a recente comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e Parlamento Europeus, de 30 de setembro passado, que propõe as linhas que deveriam definir a nossa política para a América Latina nos próximos anos.

Este ano celebramos o Décimo aniversário da Cúpula do Rio, onde lançamos nossa associação estratégica com os países da América Latina e Caribe. Nesses 10 anos fortalecemos nossas relações e consolidamos nossa associação estratégica.

Soubemos levar adiante, de forma regular, um diálogo político de alto nível que permitiu nos aproximar da América Latina. A União Europeia é o segundo parceiro comercial mais importante da América Latina e o maior investidor na região.

Em matéria de cooperação, a Comissão Europeia financiou, nos últimos 10 anos, mais de 450 projetos e programas por uma quantia superior a 3 bilhões de euros. No entanto, somos conscientes que, no mundo de hoje, apresentam-se novos desafios e que necessitamos adaptar-nos, estamos todos sofrendo as consequências da crise econômica e financeira mundial, e hoje, mais do que nunca, surgem novos temas que dizem respeito a todos e que devem ser abordados de forma global. Dentre eles, quero destacar a mudança climática, a segurança energética e a migração. Necessitamos fortalecer nossa cooperação e transformar todos os desafios em oportunidades, neste contexto que propõe a nova comunicação.

O objetivo da comunicação da Comissão é, em primeiro lugar, servir para o intercâmbio de opiniões com o Parlamento e o Conselho da União Europeia sobre a forma de aperfeiçoar nossas relações e, paralelamente, enquanto prosseguimos nosso debate interno, queremos dialogar e debater com os países latino-americanos sobre o conteúdo de nossas relações.

A comunicação indica as metas alcançadas nesses anos e propõe novos desafios. Melhoramos a coordenação dos assuntos estratégicos e diálogos políticos e setoriais, o processo foi progressivo e acumulativo nestes anos. A última Cúpula, em Lima 2008, permitiu debater as posições em assuntos estratégicos-chave da agenda bi-regional e internacional, como, por exemplo, a pobreza e a mudança climática.

Importantes resultados foram obtidos também em outras reuniões bi-regionais de alto nível, como a reunião Ministerial União Europeia - Grupo do Rio, que teve lugar em Praga em maio deste ano, ao centrar-se na crise econômica financeira, nas energias renováveis e na segurança energética.

Aumentamos a promoção da coesão social com a adoção de novas formas de governo econômico e social, apesar de que, em muitos casos, as desigualdades e a exclusão social continuam existindo. Foram feitas muitas coisas para promover a coesão social na região.

Após a Cúpula de Viena, em 2006, foi colocada em andamento, em 2007, no Primeiro Fórum União Europeia - América Latina e Caribe sobre a Coesão Social, uma parte importante dos fundos disponíveis para a cooperação da Comunidade Europeia com a América Latina, que foi destinada à coesão social, ao diálogo e à cooperação entre autoridades governamentais, discussões internacionais e sociedade civil, também intensificados graças aos programas EUROSOCIAL e URBAL; foi iniciado, ainda, o diálogo bi-regional sobre as políticas fiscais, o que se espera que dê lugar a uma melhor redistribuição de renda e de riqueza.

O terceiro aspecto a ser indicado é a consolidação das relações com os países latino-americanos. A associação bi-regional está se consolidando de duas maneiras, intensificando as relações com as sub-regiões e também com os diferentes países. Uma das prioridades políticas-chave nas relações da União Europeia com a América Latina e Caribe continua sendo o apoio para a integração regional, como manifesto nas negociações de acordos da associação com as diferentes sub-regiões.

Isso é o que fizemos e conseguimos até agora. Para o futuro, a Comissão apresenta propostas que, em linhas gerais, incidem nos seguintes quatro âmbitos de ação: primeiro,

avanços no diálogo político, segundo, fortalecimento da integração regional e da interconectividade, terceiro, fortalecimento das relações bilaterais e quarto, desenvolvimento de programas de cooperação na medida das necessidades de cada país e apresentação de sugestões tendo em vista a Cúpula União Europeia, América Latina e Caribe, a ser realizada na Espanha em 2010.

Em primeiro lugar, a comunicação se propõe avançar no diálogo político com a América Latina em uma série de áreas de importância crescente, como os assuntos macroeconômicos e financeiros, a segurança e os direitos humanos, o emprego e os temas sociais, o meio ambiente, a mudança climática e a energia, e em áreas relativas à tecnologia e à inovação.

Sobre as formas de relacionamento, acreditamos que melhorar o diálogo político também implica aperfeiçoar o mecanismo das Cúpulas de Presidentes e Chefes de Estado que realizamos regularmente. Ainda não se explorou plenamente o potencial político das Cúpulas, acreditamos que serão mais efetivas se pudermos orientá-las para objetivos operacionais e ações específicas. As Cúpulas devem centrar-se em umas poucas iniciativas concretas, convertendo-se na principal ferramenta para planificar a cooperação bi-regional; por outro lado, o diálogo deve transcender o meramente institucional e ampliar-se e fortalecer os contatos com atores da sociedade civil, com atores não estatais e com representantes dos âmbitos cultural e acadêmico.

Como já mencionei, o tema migratório é chave em nossas relações com a América Latina. Por isso, necessitamos continuar, de forma aberta e construtiva, o diálogo estruturado e compreensivo que adiantamos o ano passado. Começamos em junho deste ano com um calendário exigente de reuniões para os próximos meses, acreditamos que a migração deve ser gerida de modo que beneficie plenamente tanto os países de origem e de destino como os próprios emigrantes. O diálogo sobre a migração deve proporcionar uma plataforma para o intercâmbio regular de impressões a fim de melhorar a compreensão mútua das realidades, desafios e necessidades de ambas as regiões. Também queremos desenvolver e consolidar o mecanismo União Europeia - América Latina e Caribe de coordenação e cooperação na luta contra as drogas e iniciar um diálogo sobre sua problemática.

O segundo âmbito de ação é o fortalecimento da integração regional. Esse foi sempre um tema muito importante em nossas relações com a América Latina e assim seguirá sendo. Por isso, a União está empenhada em prosseguir e concluir as negociações de acordos de associação com os países da América Central e com os países Andinos. Esperamos também alcançar avanços substanciais nas negociações com o MERCOSUL.

A integração regional deve ser promovida em todos os níveis e, por isso, é vital a promoção da interconectividade entre redes relacionadas a aspectos sociais, energéticos, meio ambiente, transporte e comunicações entre os países da América Latina. Neste sentido, a recente comunicação recomenda a criação de um Mecanismo de Investimento na América Latina (MIAL), também conhecido como LIF, *Latinamerican Investment Facility* por suas siglas em inglês. O mesmo mobilizará recursos de instituições financeiras europeias para financiar projetos de infraestrutura, energia, incluindo energia eficiente e renovável, transporte, meio ambiente e coesão social na América Latina. O MIAL se inspirará no mecanismo de investimento em favor da política Europeia de vizinhança utilizada para os países vizinhos. Acreditamos que este será um instrumento muito útil para a América Latina e, por isso, foi proposta uma contribuição de fundos comunitários de 100 milhões de euros.

O terceiro âmbito de atuação é o das relações bilaterais. Além das relações com os diferentes blocos sub-regionais da América Latina, desejamos estabelecer relações bilaterais mais estreitas com os diferentes países, por isso buscamos aproveitar ao máximo as relações existentes de associações estratégicas com o Brasil e o México e de acordos de associação com o Chile e o México. Nossos acordos contemplam fortes laços políticos, econômicos e comerciais e fundaram as bases para uma futura maior cooperação em amplas áreas como a energia, o transporte, a pesquisa, a ciência e a tecnologia.

Por último, a comunicação propõe continuar desenvolvendo os já muito importantes programas de cooperação entre a União Europeia e a América, nas circunstâncias atuais necessitamos definir programas de cooperação que gerem crescimento sustentável e baixo em emissão de carbono, empregos dignos e uma melhor distribuição de renda para mitigar os efeitos da crise.

Queremos, e isso é muito importante, ampliar o campo de ação da cooperação a áreas como a educação superior, a pesquisa, a ciência e tecnologia, incluindo energias de eficiência renováveis, instrumentos financeiros como o ACA plus utilizados em países industrializados podem ser também de utilidade aqui. Pensamos também em incrementar a cooperação no campo da justiça, liberdade e segurança, tão vinculadas a temas muito prioritários como a migração e as drogas.

Para finalizar, como conclusão, gostaria de enfatizar que, em sua comunicação aprovada em 30 de setembro, a Comissão Europeia busca estimular o debate sobre como fortalecer a aliança entre as duas regiões e estabelecer novos grandes lineamentos na política de relacionamento da União Europeia com a América Latina. Necessitamos fortalecer o diálogo e as relações e criar sinergias em todos os diálogos politicamente institucionalizados dos que a União Europeia e seus países-membros são parte. A comunicação é também uma ferramenta e uma contribuição para refletir construtivamente e conjuntamente sobre a próxima Cúpula da União Europeia - América Latina e Caribe que terá lugar na Espanha em 2010 e que terá como tema principal a inovação e a tecnologia como motor de desenvolvimento sustentável e integração social.

Agradeço de novo o convite. Âmbitos de intercâmbios de ideias, como este, enriquecem e fortalecem nossas relações. Muito obrigado por sua atenção.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Barret.

Senhores Representantes, se quiserem fazer alguma pergunta ao Embaixador Barret, esta é a oportunidade.

A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Como uma espécie de brincadeira e verdade... Eu pensava que o senhor estava fazendo a introdução para o desenvolvimento do tema, quando disse que estava terminando. O senhor apresentou um panorama amplo, mas, para mim, é necessário um desenvolvimento profundo de alguns temas, e isso deve propiciar os interesses dos assistentes. Em todo caso, chamaram minha atenção três aspectos: quando apresentado este projeto de LIF, infra-estrutura, etc., para a América Latina, não para um país, com um fundo de 100 milhões de euros, parece-me algo totalmente insuficiente, totalmente pobre para a América Latina, quando há aspectos no MERCOSUL que, sobre a mesma temática, excede muito este investimento, esta ajuda.

As Cúpulas Ibero-Americanas se reuniram algumas vezes, e esteve de moda o tema da coesão social, que o senhor menciona. Para mim, há um divórcio, não em su discurso, mas sim nas Cúpulas e eventos de nossos países, entre as políticas de coesão social e a implementação dessa temática, para mim, as questões ficam muito distantes, e vejo que aqui se apresentam como importantes a inovação tecnológica, a educação superior. Eu acredito que, para a América Latina, é muito mais importante –sem que isso deixe de ser importante- enfrentar o problema da marginalidade social. Se falarmos da coesão social, da integração social, o grupo mais fragmentado em nossos países é o que está fora do sistema produtivo, do sistema educativo.

Penso que o tema mais importante da coesão social é este: como fazer para que, a cada dia, não aumente o número de pobres, como fazer para que haja consciência em nossos países para que se invista muito mais, porque o que fazemos é muito pouco, é somente uma gota de água no oceano das necessidades de nossos povos.

Acredito que é necessária uma maior consciência que deve vir de dentro, mas se for possível colaborar de fora, a Europa, com outra visão, diferente dos Estados Unidos, para ajudar a tomar essa consciência do que fazer para uma pessoa que está fora do circuito do trabalho e do estudo, que não recebe educação ou capacitação, somente a ajuda mínima de sobrevivência. Acredito que esse é o problema principal da América Latina e dos países do terceiro mundo, porque, do contrário, estamos investindo, como dizia Bourdieu e Passeron, na eleição dos eleitos, em como aproveitar a tecnologia dos que já têm uma melhor preparação, bem, eles se defendem, mas os que estão como em outro idioma, duplamente analfabetos frente à educação, à tecnologia e ao trabalho. Penso que seria necessário focalizar, e esta é mais uma oportunidade, pelo menos que haja uma voz ou poucas vozes que digam onde estão as prioridades, porque se há pouco dinheiro e muitas necessidades, o principal esforço de nossos povos é não se dispersar em tantos temas, às vezes burocráticos, às vezes formais, às vezes de coquetéis e de hotéis, mas que não atacam as necessidades reais de nossos povos.

Penso que todos nossos países da América Latina têm esse sério problema: a marginalidade social, ou como for chamada, aumenta a cada dia, não diminui e, portanto, requerem-se políticas específicas no campo da educação e da capacitação. Algumas vezes propomos que o tema central da América Latina seja o tema dos MPMEs, de fazer associações produtivas de pessoas que estão incapacitadas para o trabalho, somente estão roubando ou recebendo esmolas dos governos.

Então, essa é uma visão que deixo ao senhor. O que é mais importante -nem tudo é igualmente importante- fortalecer a educação superior ou ajudar os setores dos povos que não estão capacitados para trabalhar, que somente vivem da ajuda e da sobrevivência? E isso é aplicável a muitas partes. Dentre outros, o pior dos casos é o do Haiti, como específico onde deve estar concentrada a ajuda para eles, uma ajuda que não capacita 70% de analfabetos no setor rural, 50% analfabetos no urbano, 70% de pessoas que não trabalham? Se vamos a nossos países, 1 de cada 6 pessoas em toda a América Latina não termina o ensino fundamental, 1 de cada 3 não termina o ensino médio na América Latina. Esse problema é mais importante? Qual problema é mais importante?

Apresentamos estas inquietudes ao senhor porque eu não ouvi, quase não se ouviu, o tema da educação e da capacitação aos mais necessitados. No ponto de vista de meu país ou, mais ainda, do meu, isso é mais importante que o resto dos investimentos, porque, do contrário, estamos sentenciados a estar colonizados, neocolonizados, mortos-vivos, carregando as cruzes sem esperar para ir ao inferno. A Europa deveria ter muito mais consciência de seu passado, porque o desenvolvimento da Europa foi, em grande parte,

originado da desgraça da exploração da África e da América Latina, então as meas culpas não são suficientes se não há uma contribuição substancial, profunda, real e não superficial na condição dos temas, se realmente se quer ajudar outros países e não somente neocolonizar.

PRESIDENTE. Adiante, Embaixador.

COMISSÃO EUROPEIA (Geoffrey Barret). Bem, muito obrigado. Vejo que o debate já está lançado, e é por isso que publicamos esta comunicação que, logicamente, deveria atrair a atenção do senhor, Embaixador. Parece-me muito bem.

A política de coesão social, como o senhor sabe, é *leit motiv* de tudo o que estamos fazendo na América Latina há anos. Perfeitamente nos damos conta da importância das desigualdades que existem nesta região e estamos fazendo, em todos os países, o que podemos através dos programas que temos com os diferentes parceiros, que obviamente varia de um país a outro porque a situação nem sempre é a mesma, o ponto de enfoque não deve ser necessariamente o mesmo, mas a coesão social, em seu conjunto, parece-nos um elemento fundamental da cooperação que temos com esta região, e será um elemento fundamental também no futuro.

O que está sendo proposto é uma oferta para um debate interno entre nossos países europeus em primeiro lugar, mas também com os parceiros latino-americanos, de ampliar o campo das relações com esta região. Ou seja, fala-se de educação superior, de inovação, de aumentar as possibilidades e as potencialidades de criação de empregos em novos setores simplesmente porque queremos ter este tipo de diálogo com os senhores, obviamente não serão esquecidos os fundamentos da cooperação e do diálogo sobre a cooperação que temos com nossa região. Esse é o primeiro ponto.

Quando se trata de coesão social, pode haver muitas manifestações diferentes, por exemplo, eu tive a honra e o prazo de estar aqui há uns meses, quando se organizou a reunião União Europeia - América Latina sobre os Sistemas Tributários, Fiscais, que por definição tem um papel de rediscussão que está sendo vista, isso é um produto direto da cooperação entre a União Europeia e a América Latina em um tema fundamental para nós e também para os senhores. Há muitos pontos de enfoque possíveis em referência a como atacar a coesão social, estamos nisso.

Nós estamos perfeitamente conscientes da oportunidade de ampliar o terreno sobre o qual estamos trabalhando, por isso a Espanha será anfitriã da Cúpula do ano que vem, na qual se decidiu tomar como tema principal a inovação, a tecnologia. Parece-nos muito lógico, parece-nos uma mensagem para o futuro, uma mensagem muito clara para os parceiros latino-americanos: queremos trabalhar nisso com os senhores.

Quando eu falei do novo instrumento MIAL- LIF, dizendo que terá uma quantia inicial de 100 milhões de euros, talvez não tenha sido muito concreto, porque, em uma exposição geral deste tipo, não se pode entrar em muitos detalhes. Porém, irei acrescentar que a experiência que tivemos na associação com países da vizinha europeia, onde se colocou em andamento um mecanismo deste tipo, foi muito positivo, com um mecanismo de 70 milhões de euros -menos de 100- foram gerados mais de 2 bilhões de euros de investimentos por parte de bancos de desenvolvimento e de outras instituições financeiras em programas de infraestrutura nesses países. É por isso que colocamos, e tentamos agora, colocar em andamento um mecanismo deste tipo com as instituições financeiras da América Latina, porque temos certeza que isso pode ser uma via muito interessante para gerar novos fluxos financeiros, e um fundo mobilizador, a ideia seria de criar a possibilidade

para os grandes bancos internacionais que querem investir em interconectividade na América Latina, dar a base necessária para poder estudar possibilidades de investimento de tamanho maior, é essa a ideia do MIAL.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador Barret.

Não havendo mais nenhum comentário, agradecemos a presença do Embaixador Barret e fazemos um breve intervalo para despedir-nos do senhor Embaixador.

- Retira-se o Embaixador Barret.

Reinicia-se a sessão.

5. Apresentação do Sistema de Certificação de Origem Digital a cargo da empresa NETMASTERS

...Temos como ponto quinto a Apresentação do Sistema de Certificação de Origem Digital a cargo da empresa NetMasters. Oferece-se a palavra aos Representantes da empresa.

NETMASTER. Bom dia. Meu nome é José Luis Strata, faço parte da empresa NetMasters. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer-lhes por nos receber.

O que está previsto para hoje é a apresentação do sistema, que é a prova piloto do SCOD para vê-lo em funcionamento. Neste momento, o sistema está na última etapa de licitação. Para entender bem o sistema vamos ver um esquema geral do que hoje é a certificação de origem.

Estamos em um esquema geral. Hoje um certificado de origem é um papel, assinado pelo funcionário habilitado da entidade habilitada para emití-los. O que o país receptor desse certificado faz é verificar, além da informação, quando vem o papel, que essa assinatura é válida, acessando os registros de assinaturas que se encontram hoje na ALADI.

O novo sistema de certificado de origem digital substitui o papel pelo meio digital. A mesma informação contida no papel está em um arquivo digital, em um formato padrão, XML e a assinatura holográfica do funcionário habilitado será substituída por uma assinatura digital.

A assinatura digital, o que nós vemos como assinatura, a parte visível da assinatura digital, é o certificado de identificação digital outorgado a cada funcionário. Esse certificado de identificação digital é emitido por autoridades de certificação reconhecidas por cada um dos países. Quais vantagens o certificado de origem digital tem em relação ao papel? O certificado de origem digital, quando é assinado digitalmente, adquire 2 características muito importantes, que é a do não repúdio, ou seja, o funcionário que diz ser quem assina é aquele que assina, quando se verifica a autenticidade do *hash* criado ao ser assinado, está sendo garantido que quem assina é aquele que assina e que o documento não foi manipulado, não teve seu conteúdo alterado. Ambos os pontos não podem ser verificados no papel. Este é um esquema para entender qual é a vantagem do certificado de origem digital em relação com o papel.

Se passamos agora ao esquema geral de funcionamento do SCOD, há um país emissor que emite o certificado de origem digital. Para fazê-lo, o exportador deve confeccionar o certificado em formato digital, assiná-lo, enviá-lo à entidade habilitada, que

verifica a correção do certificado solicitado pelo exportador, numera-o, processa-o, assina-o digitalmente e esse certificado vai ao país receptor para que a alfândega possa verificar mais além dos dados formais contidos nesse arquivo, a vigência e validade do funcionário que assina, ou seja, quando um país receptor recebe um certificado de origem digital, depois de verificar se os aspectos formais estão corretos, deve verificar o número de codificação tarifária, etc.

A alfândega não pode, não tem como fazer, é garantir que o funcionário que assinou esse arquivo seja realmente um funcionário habilitado para poder assinar. Bem, para isso, justamente, foi criado o SCOD. O SCOD permite ao país receptor verificar a vigência e a validade do funcionário que assina, essa consulta do país receptor normalmente é feita em duas vias através de um *web service* ou através da consulta à réplica do diretório seguro que possui em seu sistema.

O sistema prevê a funcionalidade de ser baixado por aqueles países que não quiserem consultar pela Internet, mas sim por sistema próprio, para que possa replicar em seu próprio sistema.

Vamos entrar no sistema para ver os diferentes perfis. Para o ingresso ao sistema, necessita-se de um usuário e de uma senha, o sistema está sob protocolo seguro, que é o *https* através de *VeriSign*, ingressa-se também um código adicional quando se faz o *login* para que não se possa colocar um motor de prova de senhas, dando segurança adicional ao sistema.

Estamos vendo o perfil de administrador. O sistema tem vários perfis, para manter a possibilidade de ter esta estrutura alimentada, existem distintos perfis. Temos um perfil administrador geral que fica aqui na ALADI, que é encarregado de ingressar a informação primária de cada um dos países, as aduanas, as autoridades de certificação reconhecidas por cada país, as AHs, que são as autoridades habilitantes de cada país, e um funcionário administrador dessa entidade habilitante.

Agora vamos falar dos perfis dos funcionários. Quando falamos de um funcionário administrador de uma AH estamos nos referindo à pessoa responsável por manter a informação no sistema.

Bem, esse perfil administrador geral que é da ALADI ingressa a informação primária de cada um dos países e, logo após, cada um dos países é responsável por manter a estrutura de seu país, o sistema tem flexibilidade suficiente para abarcar a realidade de cada um dos países. Esse fato, de que cada um dos países mantém a informação dos funcionários habilitados, é uma vantagem com relação ao tempo, pois com o sistema SCOD, no momento de ingresso ao SCOD, o funcionário já está habilitado para poder assinar os certificados de origem, já dará validade quando é verificado o certificado de origem.

A verificação feita não é somente que o certificado do funcionário habilitado esteja correto, mas sim de que, no momento em que o funcionário assinou, estava habilitado para fazê-lo. Dentro das entidades habilitadas, existe uma pessoa que ingressa a informação dos funcionários habilitados, este funcionário responsável por ingressar essa informação pode habilitar ou desabilitar o funcionário quando não estiver exercendo suas funções.

Vamos ingressar uma estrutura das que vimos agora no sistema. Estamos como perfil administrador, portanto, com este perfil posso entrar as autoridades de certificação, as aduanas dos países, outros administradores e perfis dos países diferentes que integram este sistema e as autoridades habilitantes. Vamos tomar o exemplo do Uruguai, temos o

Ministério de Economia como autoridade habilitante (AH), ou seja, o Ministério de Economia terá um funcionário habilitado responsável pelo ingresso da informação das entidades habilitadas para emitir esses certificados. Vamos entrar nos funcionários administradores (FA), neste momento não há nenhum, vamos ingressar um funcionário administrador, que necessariamente tem que ter -como todos os perfis definidos por cada país, salvo os administradores gerais - certificados de identificação digital.

Bem, ingressados os dados do FA em nenhum momento é solicitada uma senha, a senha é enviada por correio diretamente ao funcionário, que pode, uma vez ingressado no sistema, substituí-la, é uma senha gerada. Neste momento, nós estamos em uma réplica local no *laptop* do sistema, estamos gerando uma senha que nós conhecemos, não é uma senha aleatória gerada. Bem, o FA, como todos os funcionários definidos dentro do sistema, tem um estado que pode estar ativo, inativo, seu certificado de identificação pode estar revogado, nesse caso, o único estado do funcionário que pode atuar é quando está ativo. Há a possibilidade de mudar seu certificado de identificação digital caso esteja comprometida a segurança do mesmo, pode substituir o certificado, pode mudar, pode gerar novas senhas, pode desabilitar, etc.

Se agora entramos como o perfil deste usuário que acabamos de criar, que é um FA, um funcionário administrador de uma autoridade habilitante, vamos ver que as possibilidades que ele tem são diferentes, pode entrar outros administradores ou pode ingressar entidades habilitadas, isso é somente o que pode fazer. Agora estamos dentro da realidade de cada país, a tela anterior que vimos era o administrador geral, agora estamos vendo a do funcionário administrador das autoridades habilitantes, que, obviamente, poderá ingressar entidades habilitadas, neste momento não há nenhuma, vamos criar uma que pode ser o caso do Uruguai, a Câmara de Comércio. É importante ressaltar que dos 3 perfis que há, o AG, o FA e o FE, nenhum dos 3 vê toda a informação, cada um vê somente no sistema a informação que pode ser acessada.

Ingressamos uma entidade habilitada (EH) para emitir certificado, a Câmara de Comércio é uma entidade habilitada para emitir, mas quando falamos de uma entidade habilitada, na verdade temos que falar de uma pessoa, para isso nomeamos um FE. Quando dizemos que a Câmara é responsável por manter seu FH, na verdade estamos falando que uma pessoa é responsável por manter a informação. Também necessita um certificado de identificação digital, estes certificados nós os obtivemos através de CASER, que são certificados gratuitos dados por Internet, agora veremos que terá como autoridade de certificação a mesma que emitiu os certificados, do contrário o sistema não os aceitaria.

Neste momento, temos um FE funcionário administrador da entidade habilitante que é Carlos Guerra, que será a pessoa responsável por manter os funcionários habilitados para assinar digitalmente os certificados de origem, será responsável por mantê-los no sistema.

Se entramos agora como perfil FE que é o último perfil que o sistema tem, perdão, também há o perfil de aduana para definir outras coisas, bem, simplesmente o FE pode ingressar outros funcionários administradores ou pode ingressar funcionários habilitados. Agora vamos criar um funcionário habilitado, terá seu certificado, terá seu correio quando é ingressado, uma vez que é ingressado ao sistema, se está em estado ativo poderá emitir certificados.

A respeito do estado pendente do funcionário habilitado. Nós definimos que o credenciamento dos funcionários pela entidade habilitada tem que ser aprovado por um funcionário da autoridade habilitante, neste caso o Ministério de Economia. Esse é um perfil

previsto, pode-se fazer que automaticamente, quando ingressar, fique em estado ativo, mas depende de como se define o perfil.

Vamos agora ver como está definido o perfil do Uruguai, perdão, se fizermos uma consulta do *web service* para ver esse certificado, dará que não está ativo, é um não vigente, ou seja, inválido, se esse funcionário tivesse assinado neste momento um certificado de origem teria dado falsa a validação.

Vamos entrar como administrador, porque deu pendente, países, vamos a Uruguai e, bem, vemos que o FA confirma os FHs, ou seja, o funcionário administrador tem que confirmar que tem um prazo de 3 dias para fazê-lo. Automaticamente, se nesses 3 dias não confirmou o FH, o próximo estado que passa o funcionário habilitado para assinar é ativo, pendente ou inativo. Ou seja, se eu, por default, não faço nada, o funcionário ficará habilitado, se, por default, não faço nada, fica desabilitado, ou seja, não tenho que autorizá-lo expressamente e, se não, que fique em estado pendente até que um FA realmente o aprove, essas são as possibilidades do sistema.

Agora, se entramos com perfil AG vamos ver que em sua lista de FH pendentes para utilização estará esta pessoa, vamos autorizar e vamos verificar seu certificado, aí vemos que está pendente e aí pode aprová-lo ou rejeitá-lo, vamos aprovar. Bem, o funcionário está aprovado, agora, neste momento, esse funcionário habilitado já pode assinar certificados, se formos à consulta e consultarmos com a data e hora correspondente a agora, vai dar que este certificado está vigente, se deixamos tudo igual mas se colocamos uma hora para trás, ou seja, é importante quando se verifica a assinatura digital de um certificado, o sistema prevê que se leve em conta a data e hora-isso faz parte também da assinatura do certificado- para verificar a validade ou não do certificado, isso é o que mostra.

Esta é uma consulta *web service*, dissemos que as aduanas de cada país podem baixar uma cópia desse diretório seguro, essa cópia do diretório seguro é feita por uma situação existente em determinado momento e agregando-lhe todas as modificações que vão sendo feitas. Se nós vamos ao sistema cada vez que é feita uma modificação que envolve os funcionários habilitados, gera o que se chama os arquivos delta, se entramos a qualquer um deles vemos, por exemplo, este é o ingresso do funcionário habilitado Enrique Núñez que ficou em estado pendente dentro do sistema, e aí consta a data e hora em que esse funcionário foi ingressado no sistema, ficou em estado pendente e aqui está o certificado com o qual ingressou ao sistema, esta é a parte pública do certificado.

Se olharmos a próxima modificação, que é o que chamamos delta, aqui vemos, com a data exata com milionésimos de segundo, quando o funcionário administrador o aprovou no sistema, esta é a data que determina que a partir desse momento esse funcionário ficou habilitado para assinar. Com esta informação, se voltamos uma tela, este é um resumo do que havia no início do mês de todos os conteúdos dos funcionários habilitados, e esta é a informação gerada momento a momento com as contribuições de cada um dos países ao sistema.

A aduana é capaz de manter uma cópia dessa informação dos funcionários habilitados para poder verificar por meio de seus sistemas caso não queira exceder a consulta *on line* por *web service*.

Nós estamos usando para mostrar o sistema porque a forma de prová-lo é acessando o *web service*, uma forma a mais de consulta que está previsto que seja aberto publicamente, que é o modo manual, esta tela que estamos vendo aqui, que através de 3 parâmetros necessários para a validação que são o país, a data e o certificado de

identificação, o sistema possa verificar. Na verdade, o que isso está fazendo é invocando um *web service*, que é a mesma forma que lhe dei, por isso é que mostrei.

Bem, isso é tudo. O sistema está funcionando.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor representante da empresa NetMasters.

Os Representantes têm a palavra. A Representação uruguaia tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Eu queria agradecer a apresentação, e manifestar que, para nós, é uma ferramenta realmente muito importante, em termos de facilitação do comércio, é algo que irá ajudar muito a integração comercial entre os nossos países.

A informação que tenho é que são realmente satisfatórias a qualidade do serviço e a segurança que oferece a todos os que operam o serviço e as autoridades oficiais.

Finalmente, gostaria de informar a todos os senhores que, recentemente, penso que nessa semana, aprovaram por lei no Uruguai o uso e o reconhecimento do certificado de origem digital. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Uruguai. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do Brasil (José Humberto de Brito Cruz). Muito obrigado. Também gostaria de agradecer a apresentação, todos sabem o interesse que o Brasil tem neste projeto. Gostaria de aproveitar a presença do representante da empresa para fazer duas perguntas, como curiosidade, sobre sua apresentação.

Uma, eu suponha que o sistema seria utilizado por usuários de qualquer nível, que poderiam escolher entre a utilização em português ou em espanhol. Então pergunto se isso se confirma e em que momento, como isso está incorporado no sistema.

A outra pergunta, desculpe se é uma pergunta de alguém que não é da área de informática. Quando o senhor nos mostrou uma tela que era como uma confirmação de um certificado e onde aparecia em um campo uma grande quantidade de códigos incompreensíveis, eu estava me perguntando se isto será visto assim, e qual será a utilidade de que apareçam estes códigos em uma tela. Eu penso que os códigos incompreensíveis são para utilização das máquinas, mas que os usuários veriam telas, digamos, amigáveis para o usuário. Talvez o senhor possa aprofundar um pouco a informação sobre isto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Por favor, tem a palavra.

NETMASTERS (José Luis Strata). Início, primeiramente, pela segunda questão. Basicamente, a intenção era mostrar o funcionamento do sistema, devido a que, na realidade, o funcionamento faz uma interação com os sistemas de aduana, o que estou fazendo é dando uma resposta ao que daria um sistema ao outro, que é o de aduana.

A ideia da validação dos certificados de origem é de sistema a sistema, na verdade não há uma participação humana nisto, simplesmente para poder mostrá-lo era preciso mostrar um código, uma interpretação desse código para ver que o sistema realmente está funcionando. Simplesmente, quando a aduana fizer uma consulta ao SCOD, existem

códigos de confirmação ou rejeição, se for 00 está tudo correto, e se não for 00, é um erro, a assinatura é inválida por várias razões; ou o país é inválido ou o funcionário não está habilitado, ou o CID (Certificado Identificação Digital) não está vigente, simplesmente o que se fez nesta tela do sistema foi mostrar o que estaria devolvendo este sistema ao sistema de aduana. Por isso é válido o esclarecimento, que eu não fiz, mas, na verdade, o usuário irá aceitar ou rejeitar o sistema de aduana, não este sistema.

Com relação à primeira pergunta, ainda não está em português, é necessário traduzi-lo, mas se preferiu fazer todo o desenvolvimento e testes em um só idioma e depois que estivesse tudo pronto, fazer as alterações para ter somente um trabalho de tradução.

PRESIDENTE. As Representações Oscar Quina tem a palavra.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina). Obrigado. Complementando o que dizia o colega, esse acúmulo de símbolos, de caracteres mostrados na apresentação, é uma espécie de assinatura eletrônica, não somente é a mera assinatura mas essa assinatura está garantindo o que indicava antes, dá várias outras opções, ou seja, é uma assinatura que está aceitando ou rejeitando um acúmulo de informação. Isso é, então, o que vai permitir funcionar.

Agora, ninguém necessariamente tem que aprender de memória isso, isso será dado pela máquina. E, quanto à primeira pergunta, aproveito para informar aos senhores Representantes que a Secretaria está trabalhando em um visualizador de certificados digitais que será apresentado no formato que estão acostumados a trabalhar, e aí não há nenhum inconveniente para que os campos em português apareçam em português ou vice-versa, ou seja, não será mais que uma réplica do que já estão usando para facilitar o formato que se usou tradicionalmente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Subsecretário. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez). Muito obrigado, Presidente.

Igualmente, para felicitar por este trabalho da Secretaria. Uma pergunta muito básica. Em alguma etapa da apresentação se via informação de quatro países, ou seja, a pergunta é se está se trabalhando com informação a respeito das assinaturas habilitadas para a origem dos 12 países. Uma pergunta à Secretaria, gostaria de saber como se vislumbraria o tema daqueles países que não têm incorporada em sua legislação interna a assinatura digital. Obrigado.

PRESIDENTE. O Subsecretário tem a palavra.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina). Obrigado, Presidente.

Primero, não temos que perder de vista que este é um projeto piloto, não saímos dessa fase. Não incorporamos os 12 países de uma vez, os países estão proporcionando as informações que foram solicitadas, claro, com as Notas correspondentes, e, como sempre ocorre, em alguns casos há mais avanços que em outros, por isso é que aparecem alguns países, não é que se esteja excluindo ninguém. Na fase piloto, vamos incorporando os países na medida em que vai chegando a informação.

Quanto à segunda pergunta, o senhor poderia repeti-la?

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez Pinaya). Era basicamente para saber se há alguma previsão em termos de tempo, de mecanismo em relação àqueles países que não têm vigente o mecanismo de assinatura digital.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina). Quanto a esse ponto, a opção, ainda não resolvida, mas que está sendo ponderada, é que os países possam ter um reconhecimento bilateral da assinatura digital, através dos acordos que temos entre todos e simplesmente que se tome uma decisão no âmbito de uma Comissão Administradora, e que a Bolívia e o Chile, ou qualquer outro país, possam aceitar esse reconhecimento. Seria uma assinatura válida somente para esses efeitos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Oscar Quina. Não havendo mais observações, penso que damos por finalizada e agradecemos a apresentação.

6. Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/SEC/di 2278)

...Seguindo a ordem do dia temos o ponto 6, que é a Conferência de Avaliação e Convergência. Oferece-se a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Com referência a este ponto, somente para recordar que enviamos o aide-mémoire, com, de maneira geral, o desenvolvimento da reunião.

Esse documento foi publicado como ALADI/SEC/di 2278, dia 16 de outubro, e foi enviado às Representações por correio eletrônico e em papel. Eu me antecipo a assinalar que não sei por que o documento leva a data de 9 de outubro, então apresento nossas desculpas. Também enviamos a ata com a transcrição das intervenções da primeira sessão plenária, que foi distribuída por correio eletrônico ontem, dia 27 de outubro, e hoje sai por caminhonete. Isso é tudo.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral. Oferece-se a palavra.

Não havendo nenhuma observação, passaríamos ao ponto 7, que é o relatório... Perdão, desculpe, tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigado, Presidente. Primeiro, para agradecer a Secretaria-Geral a apresentação deste aide-mémoire na data indicada e para assinalar que estamos atentos ao trabalho que a Secretaria-Geral está realizando com a transcrição que recebemos ontem e que estaria dirigida à especificação das propostas que estão contidas nas reflexões. Bem, estamos esperando esse trabalho. Obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Tem razão a distinta Representante da Representação de Cuba, o antes possível enviaremos também o que diríamos ser o terceiro documento complementar. Logo que terminarmos o trabalho, os senhores o receberão, em cumprimento do disposto pela Conferência. Obrigado por lembrá-lo.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Bem, a Representação da Venezuela agradece os documentos distribuídos e agradece a resposta do senhor Secretário-Geral. Simplesmente gostaríamos de ver se a Secretaria tem alguma

estimativa do tempo, para que nos organizemos também, porque temos que revisar o documento que distribuíram ontem, que é extenso, com calma. Gostaríamos de ter alguma previsão, se a Secretaria tem uma estimativa de tempo para o que diz no aide-mémoire, que se expressa como “ao mais breve prazo possível”. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Não queria dar uma data precisa, calculo que uma semana, ou seja, antes da reunião do próximo Comitê, os senhores terão em seu poder. Se o senhor lembra, o pedido anterior do senhor Embaixador da Venezuela foi cumprido em prazo, o que não queremos é dizer uma coisa e depois não cumprir, mas será o mais rápido possível, calculo que em uma semana, mas, com certeza, antes da próxima reunião do Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado. Não havendo mais observações, passaríamos ao ponto 7, Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento e Programas.

7. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento(ALADI/CR/di 3067)

- Transferência de créditos orçamentários: serviços e despesas de funcionamento do Edifício (ALADI/CR/PA 122)

...Oferece-se a palavra à Embaixadora Claudia Turbay para o relatório sobre a reunião levada a cabo em 21 do mês corrente.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente.

Quero começar agradecendo a muito ativa participação de todas as Representações e o apoio da Secretaria-Geral no desenvolvimento de nossa reunião da Comissão de Orçamento de 21 de outubro. Não me canso de repetir que é uma das instâncias da ALADI onde é possível ter uma visão integral da atividade de nossa Associação, não somente desde o ponto de vista orçamentário e financeiro, mas também do ponto de vista temático, porque nossa obrigação é fazer coincidir estas necessidades na planificação de nossos programas e do orçamento por programas.

Na reunião passada, houve um ótimo debate na revisão de todos os relatórios. Aqui, em meu relatório que está na pasta dos senhores, pode-se observar os temas que tratamos. Primeiro, tivemos três solicitações da Secretaria-Geral para transferência de créditos orçamentários, que estão apresentados na Proposta 301, referente a despesas relativas ao Tribunal Administrativo, onde se solicitou e aprovou, de acordo com o estabelecido no Artigo 18 das Normas Orçamentárias da Resolução 338 e com a capacidade conferida à Comissão, uma transferência de 650 dólares.

Depois, na segunda transferência solicitada para despesas de Comitê e reuniões da ALADI, na Proposta 302, foi aprovada uma transferência de 2.750 dólares, a fim de atender necessidades até o término da execução orçamentária para esse conceito. Neste ponto desta transferência, acordou-se que a Secretaria apresentaria para a Comissão de Orçamento uma proposta que pudesse definir uma política sobre o aluguel das salas para as reuniões solicitadas pelas instituições, pessoas ou entidades alheias à Associação. De maneira que se aprovou esta transferência e se acordou esperar a proposta da Secretaria-Geral neste sentido.

A terceira solicitação de transferência de créditos relacionada ao serviço e despesa de funcionamento é a Proposta 303. Para reforçar este item, solicitou-se uma transferência de

25.000 dólares. Explico que o orçamento de 2009 foi calculado com um taxa de câmbio estimada de 23 pesos e até a data desceu a 20 pesos por dólar, adicionalmente se necessitou em exercícios orçamentários anteriores reforçar este item, nesta oportunidade para efeitos de ser aprovado pelo Comitê de Representantes, está se apresentando o Projeto de Acordo de Transferência de Créditos Orçamentários, que está em nossas pastas e diz:

“Considerando a necessidade de reforçar a parcela orçamentária para serviços e despesas de funcionamento, pelo aumento de preços e diminuição da taxa de câmbio operados no período, acorda autorizar a Secretaria-Geral a reforçar o subitem 3.21, serviços e despesas de funcionamento do edifício, tomando o crédito orçamentário dos seguintes subitens:”

Devo indicar que, nesta sessão da Comissão, analisou-se o que acontecia com esses subitens, se afetavam ou não as atividades, e concluiu-se que era viável fazê-lo e a estas alturas não afetava as atividades correspondentes. Solicita-se transferir 4.000 dólares do subitem de processamento de dados, 14.000 de conservação e melhorias do edifício e 7.000 de despesas de comunicações para um total de 25.000 dólares. Submeto este Projeto de Acordo à consideração do Comitê de Representantes.

Pergunto se os senhores consideram oportuno que eu acabe o relatório e, no final, os senhores simplesmente o aprovam, ou espero neste momento para depois continuar, havendo já aprovado o projeto.

PRESIDENTE. Parece-me que pode seguir, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Sigo?

Então, posteriormente, vêm os 2 ou 3 pontos, que são a revisão e a apresentação por parte da Secretaria-Geral do Relatório de Comportamento da Despesa Orçamentária e da Situação Financeira da Associação. Devo dizer que teve início outro rico debate de todos os Representantes, e posso destacar o desejo de otimizar o orçamento, o desejo e o compromisso das Representações de estar mais próximas a nossa atividade orçamentária e assegurar que estamos encontrando e afinando cada vez melhor nossos objetivos para a integração através de atividades concretas.

De maneira que se falou de como otimizar em cada um dos itens nosso orçamento. Por exemplo, a Secretaria-Geral, como resposta a umas inquietudes, também se comprometeu a apresentar uma proposta sobre como fazer para que nas diferentes reuniões se possa otimizar a despesa, seja através de ajudas de custo, das passagens, bem, de diferentes mecanismos para que as reuniões sejam eficientes e, por sua vez, menos custosas, de maneira que nós aprovamos este relatório, mas se acordou e estamos à espera de uma proposta da Secretaria-Geral para otimizar as reuniões, fundamentalmente, aquelas que queremos que sejam realizadas no decorrer do ano.

Depois revisamos o Relatório sobre a Situação Financeira da Associação em 30 de setembro, e ali novamente houve um debate interessante. Solicitou-se à Secretaria uma série de documentos e de insumos de informação para poder continuar trabalhando especialmente no que se refere ao orçamento 2010 e para ir afinando políticas, por exemplo, o que acontece com a dívida da Associação? Qual é a verdadeira política que existe frente à mesma? Se é necessário ou não, conveniente ou não o cancelamento total da mesma. Falou-se sobre a taxa de júros que existe, como se conduz. Falou-se dos remanentes que são necessários manter como crédito para o exercício orçamentário.

Falou-se de um ponto muito importante: de como os países com dívidas no exercício financeiro e orçamentário da Associação estão sendo financiados pelos países que cumprem com seu pagamento, de maneira que também aí se fez um apelo a este ponto e, sobretudo, a que nós, os Representantes dos países, também possamos velar pelo pagamento em data, na medida do possível, de nossos países da quota correspondente à Associação.

Solicitou-se, como digo, relatórios que têm relação com o balancete de saldos, com os ativos, passivos, patrimônio, pagamento de dívida, previsão de fundos para o funcionamento da Secretaria, uma série de elementos -alguns já foram enviados-, mas que serão também elaborados e entregues para uma próxima reunião da Comissão. O relatório foi aprovado. Posteriormente, passamos ao ponto crucial e decisivo de nossa reunião, a elaboração do orçamento 2010, no qual levaremos em conta todos os elementos da discussão anterior. Além disso, já recebemos da Secretaria-Geral uns documentos solicitados por nós que se referem aos Mandatos do Conselho de Ministros, à Conferência de Avaliação e Convergência, às Diretrizes dos Grupos de Trabalho, à Proposta apresentada pela Secretaria para a modificação do organograma da Secretaria, com base no orçamento de receita 2010 que acabou de ser entregue ontem pela Secretaria.

Todos estes elementos estão em nossas Representações para serem estudados e para começar o exercício de construção de nosso orçamento 2010, para isso propusemos nos reunir inicialmente 2 vezes por semana a partir da próxima semana, nas terças e quintas-feiras, das 9 da manhã, 9h30m, às 12h30m ou 13h, de maneira que este é o balanço desta reunião. Falta somente solicitar que fique registrada a aprovação do Projeto de Acordo apresentado. Isso é tudo, Presidente, obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação de Cuba tem a palavra

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Primeiro, quero agradecer à Presidenta da Comissão de Orçamento por seu detalhado relatório ao Comitê, segundo, para transmitir nosso acordo quanto a este Projeto de Resolução apresentado pela Presidenta e, terceiro, para respaldar suas palavras em relação à importância que todas as Representações estão dando neste momento crucial do ano já ao trabalho na Comissão de Orçamento para apresentar ao Comitê uma série de propostas importantes para o trabalho da Associação no próximo ano, bem como para garantir o saneamento ou a saúde de nosso orçamento e de sua execução, ou seja, nós consideramos e recebemos inclusive de nossa Capital um apoio importante à atuação desta Comissão, particularmente de sua Presidenta. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Agradece-se à Representação de Cuba. À consideração o acordo.

Bem, estaria aprovado com o número 290.

“

ACORDO 290

TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevidéu 1980, Artigo 38, letra m), e o Artigo 18 do Anexo I, da Resolução 338 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO a necessidade de reforçar a parcela orçamentária para Serviços e Despesas de Funcionamento, pelo aumento dos preços e diminuição da taxa de câmbio operados no período,

ACORDA:

Autorizar a Secretaria-Geral a reforçar o subitem 3.2.1 - Serviços e Despesas de Funcionamento do Edifício, utilizando o crédito orçamentário dos seguintes subitens pelas cifras indicadas:

Subitem 3.1.3 - Processamento de Dados	US\$ 4.000
Subitem 3.2.2 - Conservação e Melhoramento do Edifício	US\$ 14.000
Subitem 3.4.1 - Despesas em Comunicações	<u>US\$ 7.000</u>
	US\$ 25.000”

8. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:

- Normas e Disciplinas

...Não havendo nenhuma observação, passaríamos ao ponto seguinte, que é o 8, Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre Normas e Disciplinas.

Oferece-se a palavra ao Coordenador do Grupo, Embaixador Andrés Rebolledo, para que apresente o relatório correspondente à reunião de 26 de outubro.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Muito obrigada, Presidente, bom dia. Efetivamente, o Grupo teve uma reunião na segunda, e a finalidade da mesma foi basicamente fazer uma revisão do grau de avanço dos grupos ou dos subgrupos de negociação que se desprendem do Grupo de Normas e Disciplinas.

Como os senhores sabem, este Grupo Normas e Disciplinas tem trabalhando há um tempo em três Grupos de negociação, que tiveram já algumas reuniões: Normas de Origem, Salvaguarda e, do dia de hoje até sexta, Controvérsias.

O objetivo da reunião que tivemos na segunda-feira aqui na Secretaria foi primeiro ter uma visão referente aos avanços de cada um destes grupos e, particularmente, tomar alguma decisão quanto aos futuros seguintes passos em cada um deles. No específico, a discussão se centrou na necessidade de fazer uma terceira reunião basicamente para o Grupo de Normas de Origem e de Salvaguarda, ambos já tiveram duas reuniões, em ambos os grupos os técnicos, quando se reuniram em Montevideu, assinalaram que viam com interesse uma terceira reunião durante este ano, e esse foi o tema central de conversação do Grupo de Normas e Disciplinas que tivemos na segunda-feira.

Finalmente, após diferentes considerações, a decisão basicamente foi a seguinte: nos reuniríamos provavelmente na próxima semana novamente para ter uma visão mais panorâmica a respeito dos três grupos, pela reunião do Grupo de Controvérsias, que é nesta semana; até segunda-feira ou terça, quarta da próxima semana, teremos em consequência a panorâmica já dos três grupos Origem, Salvaguarda e Controvérsias e, portanto, teremos uma visão mais completa. Para a próxima semana, também poderemos ter mais elementos que nos permitam tomar decisões a respeito da possibilidade e viabilidade de fazer uma terceira reunião entre os quais estava o elemento orçamentário. Efetivamente foi uma consideração na hora de tomar uma decisão ou não quanto a fazer uma terceira reunião e também, como terceiro elemento, diria que vai nos fazer tomar uma decisão definitiva quanto a fazer terceiras reuniões destes grupos, estava o fato de coordenar as agendas, os prazos e os tempos que ficam adiante.

Em suma, a nossa idéia é nos reunirmos na próxima semana, considerando os elementos dos três grupos e temas orçamentários, e analisaremos a possibilidade real, que teremos que avaliar de maneira coletiva, se é possível coincidir as agendas dos grupos, e, assim, tomaremos uma decisão para fazer uma terceira reunião de cada um deles.

Esse é o tipo de conversação que tivemos na segunda-feira e, para os efeitos deste Comitê, proporia que na próxima reunião fizéssemos um relatório definitivo dado que ainda devemos tomar uma decisão com estes elementos indicados.

Em termos gerais, Presidente, novamente repito, proporia na próxima reunião do Comitê de Representantes voltar a este tema já com um olhar mais definitivo, mais claro sobre estes elementos e uma proposta específica quanto a realizar ou não uma terceira reunião destes grupos. Informo que nos grupos de negociação de Origem e Salvaguarda, em particular, também se falou da necessidade de manter uma ferramenta de trabalho que foi muito útil, segundo os próprios especialistas, qual seja, a utilização do Fórum. Devemos alentar os países para que a usem com mais intensidade, à luz do fato de que havia alguma consideração a respeito de que estes fóruns terminavam e ficariam finalizados.

Na reunião de segunda, tomamos a decisão de deixá-los abertos como uma ferramenta de trabalho, sobretudo, em consideração de que há várias Delegações que fariam propostas novas em cada um dos temas; essa é uma ferramenta útil que os especialistas utilizaram de maneira limitada. Se mantivéssemos essa ferramenta aberta, seria interessante conversar com nossos especialistas em nossas Capitais para que possa ser usada com mais intensidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradece-se a contribuição da Representação do Chile.

A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente.

Gostaria de agradecer o relatório apresentado pelo Embaixador Rebolledo, Coordenador do Grupo de Normas e Disciplinas, e gostaria somente de assinalar que em relação aos temas da continuidade das três reuniões negociadoras de Origem, Salvaguarda e Solução de Controvérsias, para minha Delegação é muito importante assegurar que o impulso que se conseguiu nestas reuniões não se perca e que possamos convocar reuniões o quanto antes.

Nos casos de Origem e Salvaguarda, foi proposta, nestes grupos negociadores, a possibilidade de uma terceira reunião ainda este ano. Nós estaríamos de acordo com isso e nos parece importante que o grupo possa chegar a uma conclusão sobre este assunto sem tardar demasiado para que não seja inviável a realização de uma reunião a mais este ano. Gostaria de complementar que no grupo - e o Embaixador o mencionou- eu sei que surgiu a questão orçamentária, mas em nossa visão nós acreditamos que estas três reuniões são feitas em cumprimento de Resoluções adotadas pelo Conselho de Ministros e são, em nossa perspectiva, trabalhos prioritários no âmbito da ALADI hoje em dia. Então, nós não acreditamos que haja limitações orçamentárias que dificultariam a realização destas reuniões e entendemos que pode haver algum problema localizado em algum item de orçamento já tenha se esgotado, mas é normal neste tipo de situação fazer transferências de outros itens ou transferência do fundo de capital de giro, de onde seja, mas eu acredito que seria um caso onde se justificaria fazer o que for necessário para que haja os recursos orçamentários para que se possa cumprir com o Mandato que vem do Conselho de Ministros para seguir com estas negociações.

Acredito que isto deveria ficar claro como orientação ao Grupo de Trabalho para que não se deixe de fazer algo por uma suposta limitação orçamentária que sabemos que não existe, à luz da quantidade de recursos que temos disponíveis hoje em dia na ALADI. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Em primeiro lugar, para agradecer o Embaixador do Chile por seu também detalhado relatório da reunião que tivemos na segunda-feira no Grupo de Normas e Disciplinas. Em segundo lugar, para trasladar nosso apoio e nossa total compreensão ao processo que está se desenvolvendo em cada uma das normas em cumprimento dos Mandatos do Conselho de Ministros e, em terceiro lugar, para manifestar nossa opinião, que demos durante essa reunião na qual efetivamente foram tratados temas que poderiam estar influenciando, em um momento determinado, na análise da realização de uma terceira rodada, dentre os quais os temas orçamentários e outros que o Embaixador já mencionou. Sob nosso ponto de vista, esses temas devem ser analisados tanto no Grupo de Trabalho propriamente dito, como o

Embaixador assinalou uma vez concluída a segunda rodada, como também na própria Comissão de Orçamento.

Ou seja, nossa sugestão é que a Comissão de Orçamento possa, em uma análise coletiva, apresentar os elementos ao Grupo de Trabalho para tomar a decisão de financiar uma terceira rodada em função também da análise do acúmulo de atividades que faltam para o ano 2009 e também em relação à previsão orçamentária da Associação para o próximo ano. Nós gostaríamos que este Comitê desse à Comissão de Orçamento essa indicação no sentido de dar uma olhada global nos trabalhos da Associação deste ano, repito, e os que ficam para o ano que vem, mas partindo obviamente da base do que apresentava a Delegação do Brasil de dar, em todo o possível, maior prioridade aos trabalhos destes grupos de negociação. Obrigada.

PRESIDENTE. Agradece-se à Representação. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Talvez a Representação da Argentina, porque é como conclusão.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado. Muito brevemente, primeiro gostaria de agradecer a apresentação do Embaixador Rebolledo. Aguardamos esse relatório depois da nova reunião. Também gostaríamos de pronunciarmos em favor de não diminuir os recursos necessários para poder completar as reuniões dos diferentes grupos de negociação, há disponibilidade de fundos e não deveríamos ser mesquinhos no financiamento destas atividades, que são a essência da atividade na Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bem, estou de acordo com as diferentes posições, começando com a do Brasil. Essa disposição do Conselho de Ministros não pode ser feita realidade se não há o apoio orçamentário. Penso que se queremos fazê-lo, é necessário o apoio da ALADI, considerando a importância substancial da atividade da ALADI. Agora, os grupos que vêm e que têm que ser mais fortalecidos no futuro, os grupos que vêm negociar aqui na ALADI, penso que não é necessário fazer um sacrifício, sacrificando o mais importante, mas, sim, se queremos seguir adiante, isto tem prioridade sobre outros aspectos sempre e quando a ALADI apóie economicamente esta nova rodada de reuniões.

Em caso contrário, se não fosse assim, o Equador não apoiaria uma reunião este ano, mas se nós o resolvermos, então, sim, e penso que essa é a tendência das diferentes intervenções.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Equador. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Para dizer que não é necessário que nossa estrutura mantenha a ordem que se requer, penso que todas as atividades devem ser sempre vistas e acompanhadas através da visão orçamentária, não podemos assumir compromissos simplesmente com o desejo, mas também com a realidade, e penso que o problema não seria de disponibilidade ou não de fundos, mas sim de completar os cursos adequados para cada solicitação a estas alturas do ano.

Ou seja, temos que ter a certeza de como queremos fazer e de que maneira podemos apoiar, eu pensaria que o tema é absolutamente viável, penso, no entanto, que deve passar pela Comissão de Orçamento e também que deve ser levado em conta o fator tempo, que é o que me preocupa neste momento, muito mais que a disponibilidade orçamentária.

Realmente, nosso problema é tempo, então estamos já finalizando o ano e não estou tão certa que todos os países possam simplesmente reagir a este convite, mas isso depende também do exercício e da atividade que emanar das reuniões do Grupo. Isso é o que eu queria dizer. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Obrigado, Presidente. Agradeço à Embaixadora da Colômbia. É exatamente essa a precisão que queria fazer quanto ao proposto na introdução, para ser preciso, não se propôs uma restrição a respeito dos recursos, mas foi uma proposta em termos de procedimento, que nesse ponto tinha certo conflito com os tempos, porque era possível transferir recursos de um item ao outro, mas para isso era necessário ir ao procedimento estabelecido e isso, eventualmente, tomaria um tempo mais prolongado do que estava previsto nos próprios grupos de negociação.

Agora, levando em consideração esta proposta de quase todas as Representações no sentido de tentar não perder o impulso e tentar fazer um esforço para que estas reuniões sejam feitas neste ano, nós acreditamos que é possível se o fizermos e tomarmos algumas decisões agora.

Em primeiro lugar, poderíamos estabelecer e tomar como acordo que este tema seja analisado na reunião de terça-feira da Comissão de Orçamento, bem como está proposta outra agenda, incorporar este tema e tomar uma decisão imediatamente ali quanto à possibilidade de transferir os recursos de um item a outro e, para esses efeitos, se tomamos uma decisão dessa maneira, temos resolvido o tema orçamentário na terça.

Sendo isso assim, quero também informar aos Embaixadores que os próprios grupos já estabeleceram datas para uma terceira reunião. O Grupo de Origem marcou o dia 19 de novembro e o de Salvaguarda o dia 30 de novembro, e, portanto, acreditamos que há tempo para poder persistir em fazer essas reuniões, embora, efetivamente, para sermos transparentes, a Secretaria nos indica que já se aproxima o tempo e torna mais difícil a organização, mas parece que com o tema do orçamento resolvido na terça, ainda teremos uma brecha para realizar as reuniões nas datas que estavam sugeridas pelos próprios grupos de negociação.

Essa seria a modalidade e a sequência que eu proporia para fazer estas reuniões destes dois grupos, sem prejuízo de que na próxima semana de todas as maneiras este Grupo de Normas e Disciplinas se junte para ver como terminou a sequência das três reuniões incluindo a de Controvérsias, que está sendo desenvolvida nesta semana. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradecemos à Representação do Chile. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Agradecemos o relatório apresentado pelo Embaixador Rebolledo. Nossa Representação gostaria de fazer alguns comentários sobre o tema que está em debate neste momento.

Acreditamos que é muito importante ou que, para nós, foi muito importante a intervenção da Representação da Colômbia como coordenadora da Comissão de Orçamento por Programas. Penso que a dinâmica na ALADI nos disse que, sim, é importante de alguma maneira ir caminhando, junto com as instâncias que organizam ou devem organizar o trabalho, e cada vez mais ser respeitosos com essas instâncias, e penso que é bom que isso seja reivindicado pela Embaixadora Claudia Turbay.

Em segundo lugar, penso que seria bom, entendo que na semana que vem há duas reuniões do Orçamento por Programas, que o tema fosse levado à reunião de Orçamento uma vez que o Grupo de Normas e Disciplinas tenha feito uma avaliação qualitativa das rodadas de negociação. Penso que é uma tarefa importante no grupo para que, na segunda reunião da semana que vem, seja possível ver ou se é feito no mesmo dia, não sei como estão as agendas dos Grupos de Trabalho integralmente.

Terceiro, tenho que dizer que, no caso da Venezuela, estamos tendo dificuldades para mobilizar nossos funcionários no final de ano, nestes dois meses finalizando o ano, entendemos que, por mais que um país não venha, a reunião vai acontecer, mas já deixamos isso advertido, porque, por exemplo, avisaram-nos que não foi possível mobilizar o negociador que vinha para a reunião de hoje, não conforme com isso, mandou-nos a posição por escrito, ou seja, não é porque não queríamos vir, tanto é que temos um documento de 135 páginas com as observações da Venezuela, mas não é a mesma coisa a vinda do negociador e o envio das observações.

Então, já nos advertiram que está havendo dificuldades nestes meses do ano para mobilizar alguns funcionários de nossos países, advirto isso porque ficamos tristes, a passagem já havia sido emitida e tudo, mas não queremos contribuir tampouco com estes troços que são apresentados nas Representações e que conduzimos na Representação, mas já, como fomos advertidos, queremos deixar sobre a mesa que é necessário manter um pouco o estímulo dos trabalhos, logicamente, mas quando respondem a Mandatos do Conselho de Ministros, e por isso também penso que é importante valorizar integralmente um pouco o desenvolvimento que tivemos com os diferentes Mandatos do Conselho de Ministros, que de alguma maneira viemos cumprindo, inclusive em um ritmo mais ou menos apertado, mas viemos cumprindo com essa agenda que os Ministros nos encomendaram.

Portanto, penso que, neste momento, neste caso, valorizaríamos muito que na reunião de Normas e Disciplinas fosse possível por em conjunto esta análise e obviamente aqui no Comitê no momento em que for decidido. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Agradecemos à Representação da Venezuela. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez). Muito obrigado, Presidente. Neste tema, nós temos claro o objetivo, a importância, o objetivo de avançar nos três grupos de negociação temáticos. Menciono, Presidente, que nós, justamente em função do relatório feito pelo Embaixador do Chile, teremos instruções precisas na próxima terça no seio da reunião do Grupo de Trabalho, não obstante queremos expressar que também no caso boliviano não somente levaríamos em conta digamos o tema orçamentário mas também o tema qualitativo, no sentido do avanço dos três grupos de negociação. Gostaríamos que fosse possível efetuar esta análise na próxima reunião.

Nós não descartamos, por exemplo, que no seio da Conferência de Avaliação e Convergência, onde possam ser criadas comissões, seja possível avaliar os trabalhos de avanço destes grupos, talvez não possamos descartar a priori, por exemplo, em temas tão

importantes como o âmbito de aplicação destes três temas, não é certo que é um tema que está ficando pendente nos 3 âmbitos de negociação.

Então, parece-nos importante, Presidente, que seja possível encarar o trabalho proposto pela Venezuela, uma avaliação qualitativa do avanço dos temas em função dos objetivos e, de qualquer forma, na próxima terça-feira a Bolívia apresentará sua posição. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Obrigada, Presidente. Bem, nossa Representação quer manifestar que realmente temos muito interesse em fazer a terceira reunião de negociação em matéria de Origem e Salvaguarda, mas fundamentalmente em matéria de Origem, porque entendemos que é necessário terminar de fazer uma revisão de todo o documento e de todo o tema, para ter uma proposta, digamos, com todas as visões dos países.

Isso somente acontecerá se pudermos fazer mais uma reunião, pelo menos essa é a visão que nós temos. Essa reunião estava prevista para o 19, os negociadores na reunião manifestaram que a data possível era essa, então gostaríamos de fazer os maiores esforços para que esta reunião se realizasse.

Levando em conta que do ponto de vista orçamentário isso será tratado na terça, e acreditando que não haverá problema, nós gostaríamos de sugerir que a ALADI distribísse uma solicitação aos países dizendo quais seriam os possíveis participantes dessa reunião, e, se na terça isso fosse decidido, já teríamos os nomes para fazer as reservas das passagens, que é o mais caro na medida em que nos aproximamos da data proposta, isso seria pendente, digamos, da aprovação do grupo, mas já contaríamos com os participantes e quais seriam aqueles que a ALADI teria que levar em conta para poder reservar as passagens. Obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Ampliando a análise deste ponto, nós queríamos fazer uma precisão que consideramos com nossos negociadores. O processo de negociação das normas, da atualização das normas em um caso e de elaboração em outro não vai terminar este ano, ou seja, é um processo, em algum caso, como no caso de salvaguarda, estamos longe de avançar - em algum sentido para nós é um avanço, mas o texto se complicou bastante. No Grupo de Trabalho analisamos o interesse, como propõe a Representação do Uruguai, de alguns destes grupos de negociação de limpar o texto para voltar a começar de novo no próximo ano.

Nós queríamos deixar sobre a Mesa também esta consideração. Primeiro, nós, como Associação, desde o ponto de vista de planificação, cumprimos com o que nos propusemos para este ano em relação a normas, ou seja, propusemo-nos 6 reuniões e as 6 reuniões foram cumpridas. Segundo, este processo não está terminado, não vai terminar neste ano, não será possível concluí-lo neste ano, portanto, de alguma maneira a partir das consideração qualitativas que algumas Representações estão propondo, particularmente esta que a Bolívia propõe que nos interessaria muitíssimo escutar no Grupo de Trabalho, estaríamos necessitando, de todas as formas, prorrogar e continuar este processo no próximo ano, e é um elemento também que penso que devemos levar em conta, mas, repito, estamos na melhor disposição de fazer ambas as análises na Comissão de

Orçamento para ver a viabilidade orçamentária em relação a todo o acúmulo de trabalho da Associação e no Grupo de Trabalho para ver os aspectos pontuais uma vez concluída a negociação de Solução de Controvérsias em curso. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Obrigado, Presidente. A panorâmica que vemos como Coordenadores quanto à viabilidade de fazer estas negociações, de maneira muito transparente, parece-nos que se não tomamos alguma decisão hoje ou terça e prorrogamos a tomada de decisão, será muito difícil fazer a reunião de Normas de Origem por um tema logístico e, sobretudo, porque os próprios negociadores haviam dado uma data, sobre a qual foi muito difícil chegar a um acordo.

Em suma, parece que se quiséssemos persistir em manter essa data, deveríamos tentar efetivamente tomar uma decisão agora e, na terça, eventualmente ratificá-la nesta Comissão de Orçamento.

Se esperamos uma reflexão geral e tomamos a decisão depois, é possível também. É muito provável que a de Origem não seja possível ser feita, de acordo com os prazos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. Tem a palavra a Embaixadora Claudia Turbay.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Algo formal, para solicitar à Secretaria-Geral que, como já foi enviada a agenda da próxima reunião de orçamento, por favor, seja reelaborada e fique incluído o ponto que estamos agora anotando, que é o das próximas reuniões de Salvaguarda, Origem e Controvérsias. Obrigada.

PRESIDENTE. Será levado em conta. Bem, temos a proposta. Perdão, a Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Quero insistir na importância que damos à possibilidade de realizar ainda no decorrer deste ano uma nova reunião de negociações em origem, especialmente se fosse possível também em salvaguardas e que façamos a tentativa de dividir o que é a sustância destas negociações do que é o instrumental; neste caso, a necessidade de recursos para poder levá-las a cabo. Bem sabemos que a Associação conta com um atrativo para a vinda de especialistas em negociação de nossos países, -o financiamento das viagens- e isto é algo que temos que ser muito conscientes e devemos preservar para manter estas mesas como fóruns de negociação da integração latino-americana.

Então, a questão dos recursos, como disse, é instrumental, porque os recursos existem, trata-se simplesmente de dispor os ajustes, as mudanças de parcela ou recorrer aos fundos que forem necessários, mas não deveria ser um obstáculo a questão orçamentária para avançar na convocatória destas reuniões.

Por isso, permito-me sugerir que nesta reunião do Comitê tomemos a decisão de que estas reuniões sejam feitas e depois da próxima semana sejam ajustados os detalhes de sua implementação. Desse modo, vamos dar tempo suficiente aos países para convocar

seus especialistas, conformar suas Delegações e, assim, garantir que as reuniões vão poder ser desenvolvidas normalmente. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradece-se à Representação da Argentina. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Pelas razões que expliquei anteriormente, nós não estamos em condições de tomar nenhuma decisão da convocatória hoje, como já havia explicado. Além disso, não tínhamos esse ponto identificado na agenda do dia de hoje.

Simplemente adverti sobre o que aconteceu com Controvérsias, e o interesse que temos de seguir participando das reuniões, então, se insistirem em que se tome uma decisão hoje, infelizmente esta Representação não está em condições de pronunciar-se, salvo que seja aprovado um esquema de consulta para a semana que vem e que sejam feitas as reuniões que haviam sido anunciadas, Orçamento e Grupo de Trabalho. Mas, de qualquer forma, nós teríamos que fazer novas consultas à Venezuela pelas explicações que dei em minha intervenção anterior. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Venezuela. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Era para apoiar a proposta da Representação da Argentina. Parece-me que realmente deveríamos –inclusive no sentido do que o Representante do Chile também disse- tentar tomar todas as medidas para tornar possível uma decisão no âmbito do Grupo. Nós estaríamos em condições de adotar esta convocatória hoje mesmo, mas se não for possível fazê-lo hoje, que pelo menos a Secretaria tome todas as medidas necessárias para garantir os recursos para estas reuniões e que a Comissão de Orçamento veja esse tema na primeira oportunidade na próxima semana. O grupo, então, deve decidir pelas questões de substância, como disse o colega da Argentina, sendo necessário separar o que é a consideração da substância das questões instrumentais.

Então, vamos estabelecer hoje que tudo o que for necessário na parte instrumental seja feito para que, quando o Grupo se reunir na próxima semana, esteja em condições de aprovar ou não a convocatória. Se há acordos, se os países não querem fazer a reunião, é outra questão, se não há vontade política de seguir adiante ou de convocar para este ano a reunião, isso deve ser discutido no Grupo, mas vamos garantir que estejam dadas as condições orçamentárias para que o Grupo tome a decisão plenamente na próxima semana. Obrigado.

PRESEIDENTE. Agradece-se à Delegação do Brasil. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Nós também não estamos em condições de tomar hoje uma decisão a esse respeito. Estamos na melhor disposição, primeiro, de analisar as possibilidades orçamentárias de convocar uma terceira rodada depois da análise de todos os países na Comissão de Orçamento. Além disso, nós não consideramos que a Secretaria possa adotar alguma decisão ou alguma ação em relação ao orçamento antes que seja vista por todos os países nessa Comissão.

Segundo, no que diz respeito à distinção feita pela Representação da Argentina: estamos totalmente de acordo em fazer a separação, queremos também ver no Grupo de

Trabalho uma análise quantitativa, quando, inclusive, há Representações que hoje estão anunciando ou adiantando determinadas considerações com relação ao fundo da realização destas reuniões, e partindo do ponto que, para nós, também é fundamental que este ano nós tenhamos cumprido com a programação das negociações. Não temos clareza neste momento, como não tínhamos no dia da reunião do Grupo de Trabalho, de que haja suficiente previsão para o resto das atividades deste ano e que, além disso, exista a suficiente previsão para iniciar um primeiro trimestre no ano que vem com a largueza que a Associação precisa para funcionar.

Então, estamos convidando a Associação para fazer uma análise. Minha Representação não está se opondo à realização desta terceira rodada, porque sabemos que se não é neste ano, terá que planificar-se para o início do próximo, mas eu solicito a compreensão quanto à posição de meu país para analisar todos os ângulos desta proposta. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Nós queríamos apoiar a proposta das Representações da Argentina e do Brasil. O Uruguai tem o máximo interesse em que se realize esta reunião o antes possível.

Entendemos que a negociação não irá terminar em uma próxima reunião, mas, sim, é possível adiantar o suficiente e ter um projeto terminado, uma versão terminada ainda que com colchetes, para que chegue à consideração dos países.

Por outro lado, entendemos que esta negociação foi mandatada pelo Conselho de Ministros, o qual implica que nós façamos as coisas com a máxima diligência para levar adiante o mandato e, para isso, entendemos que deve ser necessário que a ALADI agende e tome as providências para que o mais rápido possível esta reunião possa ser levada a cabo no mais breve prazo possível, e entendemos que é possível fazê-la no presente ano. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradecemos a Representação do Uruguai. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Sim, obrigado, é para esclarecer a relação entre recursos orçamentários e a decisão sobre fazer ou não as reuniões.

Entendi o que a Embaixadora Turbay disse em relação à necessidade de respeitar os procedimentos, e estamos totalmente de acordo com isso. Mas, na verdade, isso de passar pela Comissão de Orçamento é uma formalidade neste caso, porque sabemos que os recursos existem, ou seja, há recursos para fazer esta reunião, vimos isso na semana passada, isso foi analisado na reunião da Comissão de Orçamento da semana passada quando vimos o estado da situação financeira da Associação. Sabemos que a Associação hoje tem mais de 4 milhões de dólares em bancos, ou seja, em recursos que estão nos bancos, seria difícil entender que, se temos mais de 4 milhões de dólares de recursos nos bancos, não possamos utilizar 30 mil ou o que for para convocar uma reunião.

Então, os recursos existem, penso que não é necessária uma grande análise ou uma grande discussão sobre isto, o que, sim, é necessário é uma discussão sobre se queremos ou não convocar a reunião, e isso acontecerá no Grupo de Normas e Disciplinas, em

relação ao aspecto do orçamento penso realmente que não deveríamos perder demasiado tempo com isto. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, é muito breve, quero sugerir o seguinte: levando em conta que nesta instância ainda não estão dadas as condições para avançar na decisão de convocar a terceira rodada destas negociações, que o Comitê delegue a decisão ao Grupo de Normas e Disciplinas, ou seja, na terça, quando tem agendada sua próxima reunião, o Grupo possa intercambiar opiniões e aí tomar a decisão a respeito das condições para convocar estas reuniões. Assim não perdemos tempo à espera de uma nova reunião do Comitê que refere esta situação.

Uma vez que, no âmbito do Grupo, tenham ficado de acordo que é oportuno realizar as reuniões, vê-sê com a Comissão de Orçamento a forma de implementar os recursos, que, insisto, penso que existem. Além disso, adianto que pensávamos anunciar, no ponto Assuntos diversos, que neste ano não será possível realizar as reuniões do CAT nem do CASE, que tinham recursos orçamentados, ou seja, existem excedentes também por esse lado, pois nestas duas reuniões era previsto o financiamento dos gastos relativos ao traslado de funcionários, penso que eram dois por país, ou seja, não há argumento de que não existem recursos disponíveis para fazer estas reuniões este ano. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Bem, muito obrigado, Representação da Argentina. Temos uma oferta desta Representação de destinar esse tema ao Grupo de Trabalho. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Penso que estamos muito claros no seguinte: primeiro, é necessário determinar, a partir do Grupo de Trabalho e através de consultas às Delegações, a capacidade e a disponibilidade dos países de assistir ou não a uma terceira rodada sem que isso implique o não interesse ou o não compromisso de continuar adiante nestas negociações. Quero, de todas as maneiras, deixar claro, através de minhas intervenções, causa certa graça porque nunca quisemos interferir, mas pelo contrário, o que trouxe a esta mesa e a este Comitê, isto é, como é importante nossa Comissão de Orçamento, porque aí se conjugam todos os aspectos de nossa atividade, tanto em substância, temática da integração, como na própria implementação.

Penso que essa Comissão é muito privilegiada pelo qual continuo convidando a que participemos cada vez mais ativamente e entendamos que um ponto tem relação como outro. Não se trata simplesmente de dizer que será feito e não importa como, sim importa como, e isso é o que viemos defendendo até a saciedade todo o tempo. De maneira que não é uma interferência, mas sim um acompanhamento permanente para fazer as coisas da maneira devida, com seu devido processo.

Por isso, é importante olhar como seria o comportamento dos recursos na execução de uma atividade que nós, a partir deste Comitê, acordemos coletivamente. Nós, da mesma forma, estamos na obrigação de analisar na Comissão de Orçamento como a implementamos, isso é o que deve ficar como política geral estabelecida neste Comitê, não é dizer “será feito e os senhores verão como”. Não. Faz-se, explicaremos como, e veremos isso coletivamente.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que penso que o melhor é transladar, a Representação da Colômbia vota por isso, a responsabilidade inicial do exercício do estudo desta disponibilidade de tempo ao Grupo de Trabalho para que dali, acompanhando nesta proposta a Representação da Argentina, possamos ver essa disponibilidade, determinar se essa data se cumpre ou não na Comissão de Orçamento. Com toda certeza, todos nós temos o mesmo interesse de avançar. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Obrigado, Presidente. Com base nas últimas intervenções, nós vemos o tema da seguinte maneira: em consequência do concreto, na terça de manhã trataríamos o tema sob uma perspectiva orçamentária na Comissão, aí veríamos essa flexibilidade para incorporá-lo, resolver e fazer o procedimento que se estabelece, e nós, como Coordenação, convocaríamos, convidaríamos na terça à tarde para ter a discussão substantiva, já vindo os três grupos e tomaremos uma decisão ali em consequência de convocar ou não a reunião dos especialistas.

PRESIDENTE. Poríamos à consideração ... Bem, a Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Simplesmente, com todo respeito, gostaria de dizer ao Coordenador do Grupo de Normas e Disciplinas que o Grupo de Dimensão Social foi convocado ontem para terça às 15 horas, porque estamos também com tempos curtos no tema da definição do que tem relação com atividades do orçamento por programas. Se convocamos esse Grupo das 15 horas às 17 horas e depois das 17h convocamos o Grupo de Normas e Disciplinas, não teríamos problema.

PRESIDENTE. Não havendo problema do tema horário, tem a palavra a Representação do Chile.

Representación de CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Não, nenhum problema, fazemos a partir das 17 horas.

PRESIDENTE. Bem, então estaríamos de acordo, e a decisão seria tomada dessa maneira, se todos aceitam a proposta argentina, complementada pelo Chile. Parece que estamos todos de acordo.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). O Chile propõe a mesma coisa, simplesmente concretizo.

PRESIDENTE. Por isso, entendemos dessa maneira. Então, não havendo observações, proceder-se-á dessa maneira.

- Dimensão Social no Processo de Integração da ALADI

...Continuamos com a ordem do dia, seguimos com o ponto 8, informação dos Grupos de Trabalho, corresponde à Dimensão Social. Oferece-se a palavra à Ministra Luisa López.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Bem, hoje cabe a mim informar sobre os trabalhos que vêm sendo realizados pelo Grupo de Dimensão Social e, nesse sentido, dizer-lhes que realizamos duas reuniões neste mês de outubro, nos dias 20 e 27 –ontem. Nesse sentido, tendo em vista que a última reunião foi ontem, gostaríamos de agradecer à Secretaria o esforço para ter hoje na mesa o relatório

das duas reuniões, é um esforço que agradecemos não somente nós, mas também os demais países.

Então, na reunião de 20, foram revisados os avanços das encomendas feitas a partir da reunião de 20 de agosto, que foi a reunião anterior, sobre a construção de uma matriz que conjugasse todas as atividades deste tema que se derivariam dos lineamentos da Resolução 69 (XV) da reunião dos Ministros da área social, de outras reuniões da ALADI e de algumas que a Secretaria fosse considerar.

Como dizia, nessa reunião do dia 20, continuou-se a análise dessa tarefa que se encomendou e ali se valorizou positivamente o conteúdo desse documento ALADI/ CR/dt 219/Rev. 1, que se assumiu como insumo para a elaboração desse plano de ação, que é um Mandato do Conselho de Ministros. As Representações, pela extensão do documento, pediram mais tempo, mas aproveitaram a ocasião para analisar um pouco algumas considerações feitas nesse dia. Em relação ao documento, foram assumidos como critérios para o desenvolvimento desse plano os lineamentos contidos nestas 2 reuniões que já mencionei, determinou-se que, nesse momento, a tarefa fundamental era o desenho do plano de ação priorizado com a finalidade de terminá-lo, se era um plano anual ou bianual sobre esse tema.

As Representações ainda se manifestaram a favor de dedicar o tempo que restava do ano para o plano, porque, em um princípio, algumas Representações haviam -entre elas a Venezuela, mas em todo caso outras- considerado a possibilidade de fazer alguma atividade no tema da dimensão social que fosse consenso.

Hoje, vendo que há tanto dinheiro, eu me animo a propor outra vez, mas, em todo caso, assim se decidiu no Grupo. Esclareceu-se, ainda, que as ações e atividades identificadas nesse documento como as tarefas identificadas nos outros Grupos de Trabalho fossem expostas com a finalidade de identificar e evitar sobreposição e duplicações, como uma preocupação que havia estado pendente porque, dado que as recomendações da reunião de Ministros da área social se derivaram dos lineamentos da Resolução 69 (XV), podiam ser encontradas algumas duplicações, como aconteceu, mas fazem parte da análise que estamos fazendo.

Nesse sentido, então, o Grupo pediu que fosse feita uma reordenação desse documento que não era mais que o anexo 1 incorporando uma coluna 3, onde estavam os comentários da Secretaria sobre as atividades que haviam sido identificadas. Esse documento foi distribuído pela Secretaria em tempo e forma, também agradecemos por isso, e foi objeto de análise na reunião de ontem.

Nessa reunião do dia 20, foi feita uma revisão ou uns comentários sobre o funcionamento do Grupo e aí se destacou o avanço significativo do Grupo, apesar de seu breve funcionamento e de ser um tema novo. Seu desempenho foi melhorando um pouco na coordenação com os países e com a Secretaria.

No entanto, baseados na necessidade de consolidar esse trabalho, foi considerado prioritário seguir apoiando o desenvolvimento da área que trabalha na Secretaria esse tema, e entendemos que se deve avançar no âmbito da proposta da reestruturação que está em curso.

Na reunião de 27, ontem, revisou-se, agradeceu-se igualmente a distribuição do documento, esta vez identificado com o número dt 220, e depois de compartilhar algumas

ideias e reflexões sobre o mesmo, foram estabelecidos alguns critérios para avançar no trabalho do dia de ontem.

Nesse sentido, foi proposto que o plano de ação pudesse ter um caráter bianual, que abarcasse os anos 2010-2011, discriminando a necessidade de identificar ações e atividades a curto, médio e longo prazos.

Também iniciar a revisão desse documento a partir das atividades identificadas, derivadas, sugeridas pela reunião de Ministros da área social que estavam contidas na segunda parte do documento, entendendo que eram atividades derivadas dos lineamentos da Resolução 69 (XV), mas levando em conta que existem nesse documento atividades que fazem parte do mesmo que não foram identificadas na reunião de Ministros na área social.

Sobre este tema, devo mencionar que algumas Representações apresentaram como um fato importante que estava na 69, mas obviamente, não estava reunido nas atividades recomendadas na reunião de Ministros, diríamos que estava nas atividades referidas ao lineamento de fortalecimento institucional, algumas Delegações consideraram como importante o tema da criação de um Órgão Assessor, bem como a criação do Departamento da Dimensão Social que se derivava dessa Resolução 69. Este último tema, como já disse, está no âmbito da reestrutura e o outro referente a uma sugestão que está nesse documento como um Órgão Assessor, ficou para a discussão do Grupo de Trabalho.

Foram analisadas e discutidas diferentes atividades e ações de acordo com a ordem proposta com base em critérios de efetividade e concretização sugeridos por uma Representação, o qual agradecemos muito, o que pode gerar um reordenamento das ações sugeridas em um formato mais definitivo, ajustado e concreto que profile a terminação do plano. Finalmente, foi solicitado à Secretaria que elaborasse um novo documento com estes critérios, que servirá de base para continuar os trabalhos na próxima reunião que, como já disse, foi convocada para terça-feira, 3, às 15 horas.

O outro ponto da ordem do dia foi a apresentação da Secretaria sobre as gestões para estabelecer mecanismos de comunicação com Organismos regionais. Aqui se indicou que, seguindo as instruções da reunião de Ministros da área social e com base em algumas considerações do Grupo de Trabalho na reunião de 20 de agosto, a Secretaria entrou em contato com diversos Organismos, SELA, CEPAL, UNASUL, CAF, MERCOSUL e Projeto Mesoamérica, com a finalidade de contar com informação sobre as agendas programadas e/ou desenvolvidas no tema social por cada um destes.

Até o momento, a Secretaria somente recebeu informação do SELA e do Projeto Mesoamérica. Para a publicação do relatório completo, a Secretaria espera contar com a informação dos demais Organismos que até a data não deram resposta. Aí houve intercâmbio entre as Representações no sentido de valorizar isto que é uma gestão importante, mas que permita também a preocupação que mostrou o Grupo na reunião de 20 de agosto que é ir identificando áreas que não sobreponham nem dupliquem ações que estão sendo feitas por outros Grupos, mas que, além disso, permitam-nos identificar áreas de complementação e aprendizagem, diríamos, compartilhada com os outros Organismos da região. Informo que na Minuta número 5, que será distribuída nesta semana, apresenta-se com detalhe o desenvolvimento da reunião de ontem. É tudo o que temos que informar. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradece-se à Representação da Venezuela pela contribuição no tema da dimensão social. Colocamos à consideração, havendo algum comentário a esse respeito.

- Novos temas

...Não havendo nenhum comentário, oferece-se a palavra à Representação do México sobre a informação de Novos Temas.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Vamos informar, de forma muito breve, sobre a realização da reunião de Funcionários Governamentais especializados em serviços, que, como se acordou oportunamente, foi realizada na quarta, quinta e sexta-feira da semana passada. Esta reunião teve como resultado o esperado, isto é, a elaboração de um programa para a implementação da Resolução 72 (XV) do Conselho de Ministros.

Este programa apresenta dois tipos de atividades que serão realizadas paralelamente, uma atividade referente à definição das modalidades de negociação e outra atividade relacionada com o programa de trabalho sobre cooperação. Em relação à definição de modalidades de negociação, o que acordou o Grupo de Funcionários Governamentais foi trabalhar com base em propostas que eles mesmos realizarão, que se intercambiarão e que, em junho do próximo ano, analisarão em conjunto de forma tal que possam definir estas modalidades de negociação.

Paralelamente, iremos trabalhar com um programa de cooperação em 5 áreas que são: estatísticas, regulação normativa, intercâmbio de experiências bem-sucedidas em matéria de cooperação, fortalecimento de coalizões empresariais e capacitação e assistência técnica.

Em suma, senhor Presidente, queríamos informar muito brevemente, como lhe dizia, que a reunião foi convocada para a elaboração do programa, teve o resultado esperado e agora contamos com algumas atividades que vamos realizar em 2010 para a implementação da Resolução 72 (XV). Muito obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradece-se à Ministra Dora Rodríguez pela contribuição da Representação do México.

Colocamos à consideração. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Somente para manifestar o beneplácito de minha Representação com o desenvolvimento desta reunião e com as respostas que os países e seus técnicos deram para sua realização. Pareceu-nos de um alto nível técnico, onde os Representantes de cada país estiveram em total disposição de avançar no tema. Acreditamos que, no próximo ano, ou seja, as próximas atividades que ficaram previstas no programa sejam também reunidas por estes com igual ímpeto. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba.

9. Assuntos diversos

...Não havendo comentários, passamos ao ponto 9, Assuntos diversos. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Federico Villegas). Obrigado, senhor Presidente. Como adiantado por esta Representação, nós solicitamos, neste ponto, que analisemos a possibilidade de pospor as reuniões que haviam sido convocadas para o Conselho Assessor Trabalhista e o Conselho Assessor Empresarial, etapa MPMEs Terceira, pela simples razão que, por diferentes questões vinculadas à época do ano e às agendas dos diferentes Representantes de nossos países em ambos os Conselhos, tivemos uma escassa reação a nossa convocatória.

Para o Conselho Assessor Trabalhista, o Equador, Cuba e Venezuela puderam cumprir o credenciamento de suas respectivas Representações, no caso do Conselho Empresarial, Venezuela, Uruguai, Equador e Chile também cumpriram, mas temos uma norma referente à quantidade mínima de Representações credenciadas e confirmadas para poder realizar a reunião, e é uma realidade da qual não podemos escapar.

O Conselho Empresarial, para se reunir, precisa de ao menos 2/3 dos países-membros, e o Conselho Assessor Trabalhista, para se reunir, precisa de 6 países-membros, estamos a 12, 15 dias da data original, mais o tema passagens e tudo o que sabemos, consideramos que estão dadas as condições para pospor e logo após analisaríamos qual seria a melhor data. E, no Grupo de Forças Produtivas que convocaremos, teremos que refletir sobre como tornar mais atrativa essa convocatória, ou sobre o que a ALADI está fazendo neste momento para que tenham a mesma boa reação que tiveram outros eventos recentes que tivemos.

Em consequência, nós, se estão de acordo o Presidente e as Representações, pediríamos para a Secretaria distribuir dois projetos de acordo que, respectivamente, modificam a data e pospõem as reuniões do Conselho Trabalhista e do Conselho Empresarial. Obrigado.

PRESIDENTE. Submetemos à consideração os dois 2 projetos.

Não havendo nenhuma observação, aprovam-se os projetos do Conselho Assessor Empresarial etapa MPMEs III pelo número 291 e o Assessor Trabalhista pelo número 292.

“ACORDO 291

MODIFICAÇÃO DA DATA DA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO ASSESSOR EMPRESARIAL - ETAPA: MPMEs III

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA A Resolução 338 e os Acordos 255 e 289, do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO Que o Conselho Assessor Empresarial poderá se reunir, por setores ou conjuntamente, com a presença de delegações de, pelo menos, dois terços dos países-membros, e

Que na presente data dispõe-se do credenciamento de quatro delegados,

ACORDA:

Artigo Único.- Postergar a Sétima Reunião do Conselho Assessor Empresarial - Etapa: MPMEs III- para uma data a ser determinada oportunamente”.

“ACORDO 292

MODIFICAÇÃO DA DATA DA QUARTA REUNIÃO
DO CONSELHO ASSESSOR TRABALHISTA

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA A Resolução 338 e os Acordos 252 e 288, do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO Que o Conselho Assessor Trabalhista reunir-se-á com a presença de delegados sindicais de, pelo menos, seis países-membros, e

Que na presente data dispõe-se do credenciamento de três delegados,

ACORDA:

Artigo Único.- Postergar a Quarta Reunião do Conselho Assessor Trabalhista para uma data a ser determinada oportunamente.”

... Não havendo outros Assuntos a serem tratados, encerramos. Não esqueçam que a próxima reunião será quarta-feira, 11/11/09, 11 de novembro. Muito obrigado por sua presença e até a próxima reunião.
